



24° ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Perspectivas Contemporâneas na Ciência da Informação
• Vitória - ES • Ancib • PPGCI/UFES



XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

O ACESSO À INFORMAÇÃO E AO CONHECIMENTO DURANTE A PANDEMIA: O CASO DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA ORIUNDOS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A ACCESS TO INFORMATION AND KNOWLEDGE DURING THE PANDEMIC: THE CASE OF LIBRARY SCIENCE STUDENTS FROM AFFIRMATIVE ACTION SCHEMES IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO

Patrícia dos Santos Costa – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Luciane de Fátima Beckman Cavalcante – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O presente artigo tem como objeto analisar a percepção de estudantes de Biblioteconomia das universidades federais do estado do Rio de Janeiro, especificamente aqueles provenientes de ações afirmativas, sobre o acesso à informação, o conhecimento e o processo de ensino e aprendizagem durante o período da pandemia de COVID-19. Trata-se de uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa e objetivos exploratórios. Para tanto, adotou-se o levantamento bibliográfico como técnica para compor a construção do referencial teórico, como instrumento de coleta de dados e aplicação de questionário junto aos estudantes. O referencial teórico é baseado nos conceitos de desigualdade, tecnologia e infoexclusão, com foco nos estudantes de ações afirmativas que vivem em situação de desigualdade social, e os impactos da pandemia no processo de ensino e aprendizagem. Os resultados obtidos através da aplicação do questionário apontam para as dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante a pandemia. Assim, a hipótese levantada – a de que os estudantes que ingressaram na universidade através das políticas de ações afirmativas encontraram maiores dificuldades no processo de ensino e aprendizagem diante do novo cenário imposto pelo Ensino Remoto Emergencial – pode ser confirmada.

Palavras-chave: pandemia; COVID-19; ensino; desigualdade; ações afirmativas.

Abstract: This article aims to analyze the perception of Library Science students from federal universities in the state of Rio de Janeiro, specifically those from affirmative action programs, regarding access to information, knowledge, and the teaching and learning process during the COVID-19 pandemic. This is an applied research, with a qualitative approach and exploratory objectives. To this end, a bibliographic survey was adopted as a technique to compose the construction of the theoretical framework, as an instrument for data collection and application of a questionnaire to students. The theoretical framework is based on the concepts of inequality, technology, and infoexclusion, focusing

on affirmative action students who live in situations of social inequality, and the impacts of the pandemic on the teaching and learning process. The results obtained through the application of the questionnaire point to the difficulties faced by students during the pandemic. Thus, the hypothesis raised – that students who entered the university through affirmative action policies encountered greater difficulties in the teaching and learning process in the face of the new scenario imposed by Emergency Remote Education – can be confirmed.

Keywords: pandemic; COVID-19; teaching; inequality; affirmative action.

1 INTRODUÇÃO

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu a COVID-19 como pandemia, adotando uma série de recomendações para prevenção e controle do vírus, dentre eles, o isolamento social. Diante desse cenário, novos desafios foram impostos para a sociedade, e um deles foi à ampliação da mediação tecnológica, que teve como finalidade dar continuidade aos serviços, tendo sido essencial para que a economia não entrasse em colapso e o processo de ensino formal não fosse interrompido.

No contexto pandêmico, as universidades federais também enfrentaram diversos desafios, dentre eles, a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esta medida exigiu a adoção de medidas emergenciais, tais como o recurso denominado Ensino Remoto Emergencial (ERE). De acordo com Silva *et al.* (2022), as “mudanças nos modos de ensino que tradicionalmente levariam meses ou anos para serem discutidas e implementadas foram sendo planejadas, aprendidas e desenvolvidas ao mesmo tempo, dada a ruptura com os encontros presenciais”. O uso do modelo educacional proposto pelo Ministério da Educação (MEC) fez com que, mesmo no isolamento social, as atividades de ensino e aprendizagem das universidades não tivessem sofrido impactos ainda mais expressivos no momento em que eclodiu a pandemia de COVID-19 (Valente; Almeida, 2020).

Quanto ao uso do ERE, cabe salientar que, ainda que este tenha possibilitado dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem, questões voltadas ao uso e apropriação da informação e do conhecimento no contexto pandêmico devem ser analisadas pelo prisma das experiências vivenciadas pelos estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Estudos divulgados sobre o impacto da pandemia do novo coronavírus evidenciaram que a desigualdade entre grupos sociais foram ampliadas. Um dos fatores possíveis apontados

foi contraste de acesso aos recursos tecnológicos para dar seguimento ao processo de ensino e aprendizagem, principalmente para os sujeitos que vivem em situação de vulnerabilidade¹.

A Lei nº 12.711, promulgada em agosto de 2012, prevê a reserva de vagas de, no mínimo, 50% em instituições federais de ensino para:

- a) Estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- b) Estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita;
- c) Estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas, e pessoas com deficiência.

Assim, as políticas de ações afirmativas são mecanismos que possibilitam que sujeitos que vivem em situação de desvantagem social possam almejar mudança social, por meio da educação e da legitimação do conhecimento. Dito isto, deve-se salientar que o acesso ao ensino superior é uma forma de emancipação social, posto que a conclusão do ensino superior valida à educação formal mediante a certificação e diplomas (Bourdieu, 2013).

Nessa perspectiva, é possível aferir que as instituições de ensino superior são promotoras do acesso, do uso e da apropriação da informação e do conhecimento, contribuindo para a construção de sujeitos críticos e para a emancipação social dos grupos oprimidos socialmente (Freire, 1975). Logo, os grupos minoritários que vivem e convivem com a desigualdade social, discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica – e que vislumbravam ter acesso ao ensino superior através das políticas de ações afirmativas – possivelmente foram os mais afetados na qualidade do aprendizado durante o isolamento.

Os dados do IBGE divulgados pelo portal G1 confirmam o efeito positivo no combate a desigualdade de acesso ao ensino superior. Em 2018, pela primeira vez na história, as universidades públicas tiveram mais discentes de cor parda/negros em seus espaços: 50,3%². Contudo, a crescente mudança do perfil dos estudantes das universidades públicas pode ter sofrido efeitos retardantes devido à pandemia de COVID-19.

1 Estudo realizado pelo Datafolha/C6 Bank (2021) com mais de 21 mil alunos confirmou o cenário de desigualdade de acesso às tecnologias ou desigualdade digital existente no Brasil, visto que, ainda que se tenha acesso, este é limitado diante da demanda criada durante a pandemia. A taxa de evasão de estudantes nas instituições de ensino superior, em consequência da COVID-19, foi alta, chegando a aproximadamente quatro milhões em um período de um ano.

2 Dados divulgados em 13/11/2019 pelo portal G1. Disponíveis em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/13/pela-1a-vez-pretos-e-pardos-sao-mais-da-metade-dos-universitarios-da-rede-publica-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 01/03/2023.

Diante do exposto, olhando pelo prisma do novo contexto social mediado pelo intenso uso dos recursos tecnológicos, busca-se entender o que a modalidade do ERE trouxe e seus reflexos, principalmente no cotidiano dos estudantes que ingressaram nas universidades públicas através das políticas de ações afirmativas. Desta forma, a presente pesquisa busca refletir sobre as dificuldades desse grupo enfrentadas em virtude do ERE adotado – especialmente em consequência do isolamento social – no que tange ao acesso, à permanência e à conclusão do ensino superior.

A partir das reflexões acima, o presente artigo parte da hipótese de que os estudantes que compõem as classes sociais menos favorecidas encontraram maior dificuldade para dar continuidade ao ensino durante a pandemia de COVID-19. Por consequência, o movimento de ruptura, que vinha combatendo a desigualdade de acesso ao ensino superior, perdeu força durante a pandemia e a desigualdade de acesso aos recursos tecnológicos e à *internet* impactou a qualidade do ensino para os estudantes oriundos das políticas de ações afirmativas, possivelmente afetando o ensino e a aprendizagem durante o ERE.

Na tentativa de confirmar a hipótese, a presente investigação busca, através da aplicação de questionário junto aos estudantes de Biblioteconomia das universidades federais do estado do Rio de Janeiro – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre os anos 2020 a 2022 –, dados que ajudem a representar as condições de acesso informacional no processo de ensino dos estudantes universitários federais do estado durante a pandemia, com foco nos estudantes oriundos das políticas de ações afirmativas e que vivem em situação de desigualdade social.

Destaca-se que o artigo apresenta uma parte da pesquisa desenvolvida para conclusão do doutorado em Ciência da Informação e que, por envolver seres humanos, foi necessário submetê-la ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP do CFCH da UFRJ, através da Plataforma Brasil. Após a aprovação do questionário como instrumento de coleta de dados, foi enviado o *link do google forms* de acesso para a coordenação dos cursos de Biblioteconomia da UFF, UFRJ e UNIRIO pedindo ampla divulgação durante o período de 30 dias. Desta forma, foi possível realizar a coleta de dados junto aos estudantes.

A pesquisa está respaldada por uma perspectiva metodológico-bibliográfica de caráter exploratório, uma vez que utiliza dados disponíveis em fontes jornalísticas e documentais sobre os reflexos da pandemia de COVID-19 no acesso à educação formal. Tem caráter crítico,

visto que busca realizar uma reflexão sobre a correlação entre o impacto da pandemia na educação formal de classes sociais que vivem em situação de desigualdade social, partindo da premissa de que este grupo possivelmente foi o mais afetado com o isolamento social e com a falta de acesso às tecnologias.

2 DESIGUALDADE DE ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DURANTE A PANDEMIA

Como ponto de partida, a reflexão sobre os conceitos de desigualdade social, desigualdade de oportunidades e desigualdade de acesso torna-se relevante, na tentativa de trazer questões que atravessam dia a dia e teoria. Entende-se que a desigualdade social e de oportunidades são fatores que contribuem para ampliar a distinção no acesso ao ensino superior dos grupos que vivem em desvantagem social.

A ideia de desigualdade social comumente faz alusão a situações em que pode ser aplicado certo grau de injustiça, ou seja, “diferenças que são injustas porque estão associadas a características sociais que, sistematicamente, colocam alguns grupos em desvantagem com relação à oportunidade de ser” (Barata, 2009, p. 12).

Por essa perspectiva, desigualdade respaldada na cor/raça foi naturalizada durante muito tempo, por conta do convívio harmonioso e estável pela sociedade. Contudo, essa “normalização” das diferenças reflete um cenário de exclusão cruel, principalmente para a população negra e especial no cenário nacional, marcado por uma ampla maioria de população pobre, composta majoritariamente por negros e pardos.

Diante da pandemia, é incontroverso que as políticas públicas afirmativas tenham tido profunda perda no combate a essas diferenças sociais. As condições de estudos desses sujeitos durante a pandemia exigem, além das questões financeiras, a disponibilidade de recursos tecnológicos (computador, *notebook*, *tablet*, acesso à *internet*), concentração e condições para dedicarem-se ao processo de ensino e aprendizagem.

Os recursos tecnológicos são compreendidos como os dispositivos de informação, comunicação e de acesso ao conhecimento, e os aspectos econômicos e sociais influenciam o acesso a esses mecanismos informacionais. Nessa concepção, surge um novo tipo de exclusão, conforme pode ser visto em Castells (2007). O autor apresenta o conceito de “*infoexclusão*”, resultado de “*uma nova tecno-exclusão*” (Castells, 2007, p. 298), que pode ser concebido como o meio de exclusão de determinados grupos sociais que possuem menos condições de acesso à tecnologia.

Por essa perspectiva, o termo *infoexclusão* pode ser retratado como uma exclusão informacional que ocorre em virtude do não acesso aos recursos tecnológicos. Tal fenômeno contribui para a ampliação da desigualdade digital, em que grupos sociais que têm maior concentração de renda possuem mais privilégios tecnológicos do que aqueles que vivem em desvantagem social, retroalimentando assim a própria desigualdade social. Tal processo contribui diretamente para o surgimento dos “excluídos digitais”, isto é, os sujeitos que possuem acesso limitado ou precário aos recursos tecnológicos.

Assim, tal desigualdade social se reflete no acesso ao ensino superior e aos recursos tecnológicos e, conseqüentemente, na apropriação da informação e do conhecimento. Nesse sentido, as funções dominantes constituídas na nossa sociedade passam a ser configuradas pela inclusão/exclusão, orientadas pelas tecnologias da informação.

3 CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDANTES PROVENIENTES DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS DOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA

As evidências empíricas dão destaque a informações obtidas através da aplicação do questionário aos estudantes de Biblioteconomia das universidades federais do estado do Rio de Janeiro: UNIRIO, UFF e UFRJ, cujo objetivo foi colher dados que contribuíssem para compreender características e dados sobre os aspectos sociais dos estudantes de Biblioteconomia, provenientes de ações afirmativas.

Desta forma, participaram da pesquisa 70 estudantes de Biblioteconomia que estiveram matriculados durante o período de 2020 a 2022. Desse total, 30 estudantes são provenientes de ações afirmativas. Nesse sentido, a partir das informações coletadas, foi possível refletir sobre o impacto da pandemia neste grupo de estudantes, de forma a permitir um olhar mais expressivo e crítico.

Os dados coletados mostram que os estudantes universitários que ingressaram por meio das políticas de ações afirmativas têm atualmente entre 21 e 67 anos, a maioria dos respondentes, 46,67%, encontra-se na faixa entre 23 e 31 anos. Considerando que estes estudantes ingressaram na universidade entre 2020 e 2022, e que, a partir dos 18 anos, uma pessoa já está apta a ingressar também no mercado de trabalho formal, a idade desses estudantes durante a pandemia é considerada produtiva e muitos deles já estão ou deveriam estar no mercado de trabalho.

Quanto ao estado civil dos respondentes da pesquisa, 67% deles declararam ser solteiros, e 27%, casados; entre os casados, 62,5% são mulheres. A partir destes dados, é possível refletir sobre as questões relacionadas à sobrecarga que as mulheres tiveram durante o isolamento social devido à pandemia de COVID-19. Nessa perspectiva, Almeida *et al.* (2020) afirmam que, com o isolamento social e fechamento de escolas, as mulheres tiveram que “assumir o cuidado de crianças e idosos, desemprego, tentativas de conciliar trabalho e ensino remoto em casa, entre outros fatores”.

4 PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES SOBRE O ISOLAMENTO SOCIAL NO PROCESSO DE ENSINO

Os dados coletados por meio da aplicação do questionário contribuíram para compreensão sobre as percepções dos estudantes de Biblioteconomia, provenientes de ações afirmativas, acerca tempo dedicado ao ensino no formato ERE, do cesso aos recursos tecnológicos e também sobre a saúde menta durante o período de isolamento social da pandemia de COVID-19, conforme será apresentado nesta seção.

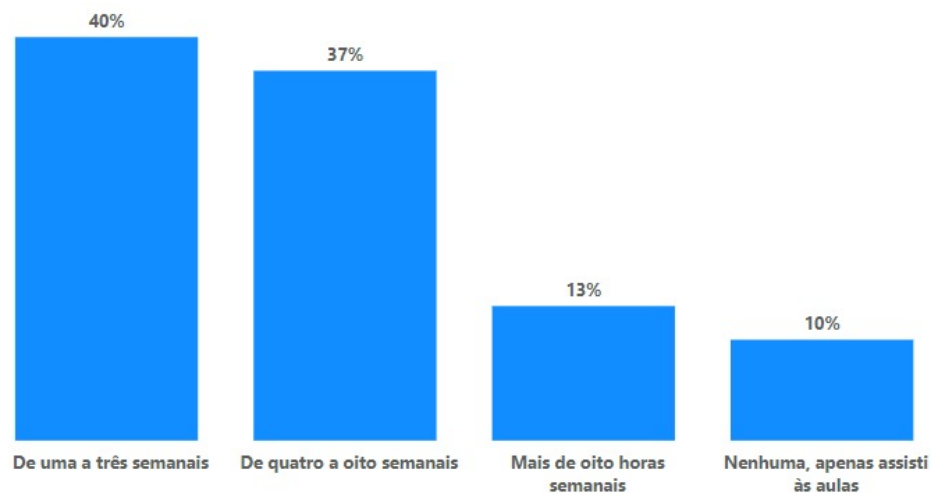
Referente ao processo de ensino e aprendizagem durante pandemia, buscou-se compreender como foi o cenário de estudos durante o período do ERE para os estudantes de ações afirmativas nos cursos de Biblioteconomia, levando-se em conta questões referentes às dificuldades de acesso a dispositivos tecnológicos e a uma *internet* de qualidade, além de espaço para estudo em suas residências para dedicarem-se ao ensino.

Oliveira e Corrêa (2020, p. 254) afirmam que, muito embora o ERE tenha garantido a continuidade do ensino, não deu “conta de todas as necessidades educacionais, que envolvem, acima de tudo, as relações interpessoais”. Nesse sentido, uma das preocupações levantadas durante o estudo está relacionada com a importância da troca de informação e conhecimento.

Por esse aspecto, 23% dos respondentes relataram que tiveram que compartilhar seus dispositivos de estudos com outros membros da família. A respeito da quantidade de tempo disponível para se dedicar ao ensino durante a pandemia, 40% afirmaram dedicar, ao longo da semana, apenas de uma a três horas para os estudos; 10% disseram que não conseguiram dedicar nem uma hora, somente aquelas necessárias para assistir às aulas remotas, como pode-se observar no gráfico 01 a seguir. Os dados levam a afirmar que pelo menos 50% dos

estudantes enfrentam dificuldades maiores em gerenciar o tempo para se dedicarem ao ensino.

Gráfico 01 - Horas dedicadas ao ensino



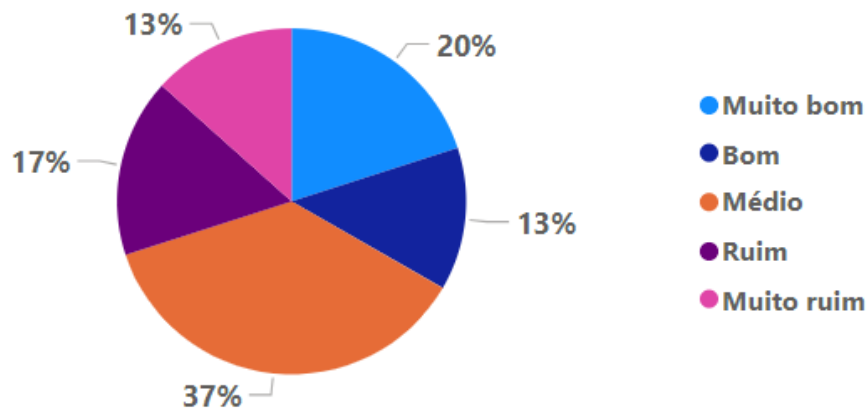
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os resultados obtidos vão ao encontro da pesquisa realizada e apresentada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) referente ao tempo dedicado ao estudo durante a pandemia, coordenada por Neri e Osório (2020). Nela, observa-se que os estudantes entre 18 e 24 anos, e que estão inseridos na educação superior, dedicaram menos tempo para o ensino durante a pandemia, o que significou uma queda no tempo de estudo de 2,34 para 0,95 horas por dia útil.

De acordo com estudos de Luzeiro, Sanino e Amaral (2014), no EaD, a maior dificuldade enfrentada pelos estudantes está relacionada com a organização pessoal e do tempo, sendo esta a chave para o sucesso, na medida em que a junção desses dois elementos é vista como o elemento impulsionador do êxito no processo de ensino e aprendizagem.

Os ambientes virtuais foram primordiais para dar continuidade ao ensino, tornando-se espaços de sala de aula e, assim, cooperando para o processo de aprendizagem dos estudantes e mediadores da informação e do conhecimento (Oliveira; Corrêa, 2020). Sobre esse aspecto, o acesso ao ensino no formato remoto adotado durante a pandemia, de acordo com o gráfico abaixo, 30% dos estudantes consideraram o formato do ensino ruim ou muito ruim.

Gráfico 02 - Opinião sobre o Ensino Remoto Emergencial



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A incumbência de difundir a informação e o conhecimento no meio tecnológico passa pelo ensino, de maneira inclusiva e igualitária e associada ao contexto socioeconômico dos estudantes, ainda que não seja o seu papel (Antunes Neto, 2020). Nesse sentido, Honorato e Marcelino (2020, p. 213) ressaltam que “os processos de ensinar e aprender não são tão simples de serem resolvidos apenas por recursos tecnológicos. Lidar com seres humanos é complexo, os ritmos, os tempos e os processos de aprendizagem são diferentes”. Esta observação nos leva a concluir que, para ter um bom rendimento no ensino e na aprendizagem durante o período pandêmico, além de tempo e organização pessoal, era imprescindível ter acesso aos recursos tecnológicos e à internet de qualidade que permitisse acompanhar o processo de ensino e aprendizagem. Sobre esse aspecto, em termos de qualidade da internet, 40% dos estudantes disseram que seu acesso foi regular, o que impactou no ERE.

Assim, as justificativas dadas pelos respondentes por meio das respostas abertas, corroboram o entendimento de que os fatores tempo e organização pessoal foram pontos que afetaram negativamente o estudo durante a pandemia de COVID-19:

“Foi positivo por economia de tempo de deslocamento e negativo na questão de aprendizagem”.

“Como era pelo telefone, o meu na época era muito velho e dificultava bastante”.

“Eu tinha acesso ao material fornecido pela universidade, porém só tinha um telefone para fazer tudo”.

“Internet lenta, falta de concentração e trabalho doméstico e remoto”.

“Os cursos não foram pensados para [o] ensino remoto, dessa forma houve dificuldades com o ensino e aprendizagem”.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Além desses pontos, parte dos respondentes ressaltou que a economia de tempo com o deslocamento, à comodidade e a flexibilidade foram pontos positivos durante o ERE. Ainda, muitos relataram que tiveram apenas o celular como dispositivo tecnológico para assistir às aulas remotas e acompanhar os conteúdos das aulas, o que comprometeu o acesso ao conteúdo e à leitura, e a compreensão dos textos.

Quando questionados sobre as possíveis dificuldades que possam ter comprometido os estudos durante a pandemia, 70% dos respondentes disseram que enfrentaram problemas, tais como falta de concentração, ansiedade, depressão e adversidades com o uso dos recursos tecnológicos, conforme destacado nas respostas livres:

“Utilizar plataformas como o Excel pelo telefone para entregas de trabalho foi difícil, a plataforma Moodle não foi a melhor opção por conta do seu formato específico para computadores”.

“No começo tive dificuldade referente à internet e a não ter computador, então tive que acessar o equipamento emprestado depois que comprei com o auxílio oferecido pela universidade utilizava o próprio, porém na pandemia em certo período eu já tinha voltado a trabalhar, então muitas aulas eu ouvia e assistia em pé no transporte público”.

“Começando pela falta de ambiente adequado para o estudo, em alguns momentos tive problemas com os recursos tecnológicos como internet e computador, além de passar por questões pessoais que em contextos normais já são estressantes, mas que em contexto de pandemia se potencializaram”.

“Quando algumas pessoas queridas faleceram, isso mexeu muito com o psicológico, e nesses momentos tinha dificuldade até de entender o que lia”.

A saúde física e mental foi um dos temas amplamente levantados devido ao isolamento social, no qual as atividades profissionais, de estudo e de lazer foram desenvolvidas nos próprios ambientes residenciais pela maior parte da população. Além disso, somados a esses fatores referentes à pandemia, o medo, a sensação de perda e as incertezas provocadas pelas notícias diárias de óbitos e internações, geravam uma série de sentimentos e situações de instabilidade emocional que, possivelmente, contribuíram para o aumento de problemas relacionados com a saúde mental dos estudantes. Nessa perspectiva, uma das respostas que se sobressaiu durante a análise corrobora justamente essa compreensão:

“A mudança de formato com a situação grave da pandemia me fez desenvolver problemas de saúde mental que atrapalharam meu desenvolvimento acadêmico”.

Nesse sentido, os dados coletados estão em linha com as conclusões de Oliveira *et al.* (2022), de que, no contexto do ERE, o processo de ensino e aprendizagem sofreu mudanças significativas no formato, somadas à cobrança pessoal ou coletiva para estudar, trabalhar e dar conta dos afazeres domésticos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa empreendida sinalizou a importância de estudos interdisciplinares no campo da Ciência da Informação, como a interface estabelecida entre o campo das políticas públicas de ações afirmativas e os estudantes de Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro durante o período de isolamento social por conta da pandemia de COVID-19 (2020 a 2022), partindo do pressuposto de que estes sujeitos encontraram maiores dificuldades para estudar durante esse período.

As reflexões levantadas a partir do conceito de desigualdade contribuíram para a compreensão de que o processo de exclusão ou inclusão precária no ensino superior ocorreu por anos, impulsionado principalmente pela condição social e cor/raça de grupos que vivem em desvantagem social. Tais observações também revelam que, por meio das políticas de ações afirmativas, houve um avanço significativo no sistema de acesso ao ensino superior.

Em decorrência dos relatos dos respondentes, apreendemos que, no período, a maioria destes não teve acesso a recursos tecnológicos e à internet de qualidade. Muitos afirmaram que tiveram apenas o celular como dispositivo para acompanhar as aulas remotas, encontrando dificuldades para estudar, além de terem sofrido com a falta de espaços adequados que possibilitassem maior concentração para estudo, somada à necessidade de trabalho doméstico e formal, além da ansiedade com o que de imprevisível que a COVID-19 poderia trazer.

No que se refere às condições de acesso ao ERE, enquanto prática temporária exercida durante a pandemia de COVID-19, observou-se que, muito embora este tenha assegurado a continuidade do ensino, “os processos de ensinar e aprender não são tão simples de serem resolvidos apenas por recursos tecnológicos. Lidar com seres humanos é complexo, os ritmos, os tempos e os processos de aprendizagem são diferentes” (Honorato; Marcelino, 2020, p. 213).

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

Por essa perspectiva, acredita-se que o modelo adotado não deu conta das necessidades compreendidas como essenciais para o desenvolvimento educacional, dentre elas, a construção de relações interpessoais entre professores, alunos e instituição de ensino de modo que, durante o período pandêmico, houve perda no que se refere à circulação, uso e apropriação do conhecimento científico.

Nessa concepção, é preciso levar em consideração as condições de moradia, bem como a disponibilidade de estrutura e de recursos tecnológicos (computador, *notebook*, *tablet*, acesso à internet), além de local propício para estudo e concentração de estudantes oriundos das classes populares. Dentro desse contexto, a hipótese levantada – de que estes grupos de estudantes tiveram um impacto maior no processo de ensino e aprendizagem no novo cenário imposto pelo ERE – pode ser confirmada.

Assim, os impactos causados pelo contexto pandêmico se refletem no contexto informacional, sendo relevante objeto de estudos para a Ciência da Informação. Mais além, por ser um campo de interdisciplinar, questões que envolvem a educação formal contribuem para ampliar a compreensão no que tange ao acesso, ao uso e à apropriação da informação e do conhecimento e o desenvolvimento de competências críticas por parte dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. SHRESTHA, A. D.; STOJANAC, D.; MILLER, L. J. The impact of the COVID-19 pandemic on women's mental health. **Arch Womens Ment Health**, [S.l.], v. 23, n. 6, p. 741-748, dec. 2020. Doi: 10.1007/s00737-020-01092-2. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7707813/>. Acesso em: 21 maio 2024.

ANTUNES NETO, J. M. F. Sobre ensino, aprendizagem e a sociedade da tecnologia: por que se refletir em tempo de pandemia? **Prospectus**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 28-38, 2020. Disponível em: <https://prospectus.fatecitapira.edu.br/index.php/pgt/article/view/32>. Acesso em: 9 mar. 2024.

BARATA, R. B. **Como e por que a desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 120 p.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 13 jan. 2024.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre Internet, os negócios e sociedade**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

C6 BANK; DATAFOLHA. **4 milhões de estudantes abandonaram a escola durante a pandemia.** [online]. 22 jan. 2021. Disponível em: <https://www.c6bank.com.br/blog/c6-bank-datafolha-4-milhoes-de-estudantes-abandonaram-a-escola-durante-a-pandemia>. Acesso em: 23 abr. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

HONORATO, H. G.; MARCELINO, A. C. K. A arte de ensinar e a pandemia Covid-19: a visão dos professores. **Rede – Revista Diálogos em Educação**, [S.l.], v. 1, n. 1, jan./jun. 2020.

LUZEIRO, C; SANINO, G. E. C.; AMARAL, J. G. **Percepção dos alunos do curso de graduação em enfermagem na modalidade presencial sobre as disciplinas cursadas online.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABED DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, 20., 2014, Curitiba **Anais** [...] Curitiba: ABED, 2014. Disponível em: <http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/79.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.

NERI, M.; OSORIO, M. C. **O tempo para a escola na pandemia.** Rio de Janeiro: FGV Social, 2020. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/SLIDES-2pp-FGV-Social-Neri-e-Osorio-Tempo-para-Escola-Pandemia.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2024.

SILVA, T. N. R.; MURAMOTO, M. T.; TEMPSKI, P.; MARTINS, M. A. Percepção dos estudantes em relação às possibilidades de aprendizado e seu papel no contexto da pandemia da COVID-19. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 32, n. 1-3, jan./dez. 2022.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. Políticas de tecnologia na educação no Brasil: visão histórica e lições aprendidas. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe, v. 28, n. 94, p. 1-31, jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ccTaSV>. Acesso em: 14 fev. 2024.